



## Editorial

No transcurso das comemorações alusivas aos 60 anos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que também coincidem com os 20 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Direito e os 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, assume ainda maior importância a constatação de que a Revista *Direito & Justiça*, que ora atinge o seu 33º volume, também já integra esta trajetória vitoriosa e constitui um veículo cada vez mais qualificado de divulgação da produção intelectual da Faculdade de Direito, com potencial para se tornar uma das grandes revistas jurídicas nacionais e atingir mesmo – e os esforços que estão sendo levados a efeito pela Direção da Revista são indicativos disso – uma efetiva inserção internacional. Já por essas razões foi com alegria e tomado de um sentimento de orgulho que aceitei o honroso pedido de redigir o editorial para este novo volume da nossa revista, que, mais uma vez, reúne contribuições dos professores da Faculdade de Direito da PUCRS.

Já um primeiro olhar sobre o conjunto dos textos reunidos pela competente equipe diretiva da revista nos revela que um periódico de cunho mais generalista, nem por isso perde em qualidade, notadamente em se considerando a atualidade e relevância dos assuntos escolhidos. De outra parte, é de se saudar o oportuno viés interdisciplinar da maior parte dos ensaios, demonstrando a crescente capacidade dos juristas em dialogarem com outros ramos do conhecimento, o que tem acarretado não uma perda em densidade da dimensão jurídica, mas, pelo con-

trário, o seu constante desenvolvimento. Além disso, sensível ao mundo circundante e às peculiaridades e influxos dos demais ramos do conhecimento, o próprio Direito acaba tendo otimizada a sua capacidade de ser um efetivo instrumento de regulação das relações sociais, nunca olvidando que também o Direito é um produto cultural aberto e necessariamente dinâmico.

Nesta perspectiva, o mote da primeira contribuição, da lavra de DELCIA ENRIGONE, não poderia deixar de ser o papel da pesquisa na formação do educador na área do Direito, escrito por uma das maiores autoridades nesta área, seja como autora, seja na condição de alguém que faz da educação e da pesquisa a sua missão de vida, com o que também rendemos a nossa pública homenagem a quem tanto já produziu e tantas pessoas já motivou e influenciou de modo tão positivo. Na seqüência, LÍGIA MORI MADEIRA analisa o Direito as teorias sociológicas de Pierre Bordieu e Niklas Luhmann, dialogando, portanto, com dois dos mais notáveis teóricos das ciências sociais e explorando - a despeito de importantes divergências existentes entre ambos os autores estudados - aspectos relevantes ligados às suas teorizações sobre o Direito. PAULO RICARDO D'OLIVEIRA, por sua vez, afinado com a linha de pesquisa no âmbito da qual também defendeu sua dissertação de Mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCRS, sob a sempre competente e dedicada orientação do Professor Doutor Ricardo Aronne, discorre sobre os institutos da união estável e do casamento à luz da normativa constitucional brasileira, o que por si só já demonstra a atualidade e relevância do tema versado. Somando a sua formação jurídica com os aportes oriundos do Doutorado em História, MARISE SOARES CORRÊA aborda o problema da violência familiar em perspectiva interdisciplinar, enfatizando a violência contra a mulher, o que, em se levando em conta as recentes alterações legislativas nesta seara, notadamente a edição da assim designada LEI MARIA DA PENHA (embora esta não seja diretamente analisada no artigo!), assegura também aqui - para além da inequívoca relevância - a atualidade do seu ensaio. Sensível às necessidades de aperfeiçoamento dos mecanismos alternativos (extrajudiciais) de solução dos

litígios e valendo-se dos elementos da análise econômica do Direito, LUCIANO BENETTI TIMM e EDUARDO JOBIM oferecem instigante contribuição versando sobre os contratos empresariais. Encerrando o elenco de artigos que compõe a presente edição, FÁBIO MELO DE AZAMBUJA aborda o tema sempre atual e de importante aplicação prática dos juros e da sua limitação no sistema jurídico-constitucional brasileiro.

Por derradeiro, já que não é o nosso propósito avançar aqui na discussão dos temas versados, resta-nos saudar a Direção da nossa Faculdade de Direito, a Direção da Revista e a comunidade acadêmica em geral por mais este número da *Revista Direito & Justiça*, agradecendo mais uma vez pela oportunidade de participar, ainda que modestamente, desta publicação.

Porto Alegre, junho de 2007.

INGO WOLFGANG SARLET

Doutor. Professor Titular da Faculdade de Direito.  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Direito da PUCRS.